



REIMAGINAR NOSSOS FUTUROS JUNTOS

Um novo contrato social para a
educação

Teresa Medina e Sofia Pais
SIMF1 (2022)

NÍVEIS DE FORMALIZAÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO EM EDUCAÇÃO

– FORMAL

- Estruturação prévia de programas e horários; existência de processos avaliativos e de certificação;

– NÃO FORMAL/SEMI-FORMAL

- Toda a atividade educativa organizada e sistematizada desenvolvida fora do quadro do sistema formal de educação para dispensar tipos precisos de aprendizagem a subgrupos específicos de uma população quer adultos quer crianças

– INFORMAL

- Processos pelo qual, ao longo da vida, uma pessoa adquire e acumula conhecimentos, saber-fazer, comportamentos através das suas experiências. Processo que por oposição à educação não formal se caracteriza pelo seu aspeto “não sistemático e não organizado”

- Oportunidades educativas/formativas existem nos diferentes espaços de trabalho e de vida social;
- Carácter educativo/formativo de uma grande diversidade de instituições – as organizações sociais representam sempre contextos educativos/formativos, podendo ter ou não explicitamente esse objetivo e ser essa a sua atividade principal ou não.
- Aprendizagem como um processo apropriativo das oportunidades educativas/formativas vividas no quotidiano, em diferentes contextos (Pain, 1990)
- Situações educativas/formativas podem ser definidas não a partir das intenções dos seus intervenientes mas com base nos efeitos que provocam (Pain, 1990);
- Trabalho em educação/formação está muito para além da escola e dos processos formais de formação
- Possibilidade de trabalhar no sentido de potenciar os efeitos educativos/formativos dos diferentes contextos.

Reimaginar nossos futuros juntos - um novo contrato social para a educação (UNESCO, 2022)

- Nossa humanidade e o planeta Terra estão ameaçados. A pandemia serviu apenas para provar nossa fragilidade e nossa interconectividade. Agora, são necessárias ações urgentes, realizadas em conjunto, para alterar o rumo e reimaginar os nossos futuros. Este Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação reconhece o poder da educação para realizar mudanças profundas. Enfrentamos um desafio duplo para cumprir a promessa não cumprida de assegurar o direito à educação de qualidade para cada criança, cada jovem e cada adulto, e realizar de forma plena o potencial transformador da educação como um caminho para futuros coletivos sustentáveis. Para fazer isso, é necessário um novo contrato social para a educação, que possa reparar as injustiças enquanto transforma o futuro. Este novo contrato social deve se fundamentar nos direitos humanos e se basear em princípios de não discriminação, justiça social, respeito à vida, dignidade humana e diversidade cultural. Deve abranger uma ética de cuidado, reciprocidade e solidariedade. Deve fortalecer a educação como um esforço público e um bem comum. Este Relatório convida governos, instituições, organizações e cidadãos de todo o mundo a idealizar um novo contrato social para a educação, que nos ajude a construir futuros pacíficos, justos e sustentáveis para todos. As visões, os princípios e as propostas aqui apresentados são apenas um ponto de partida, e traduzi-los e contextualizá-los é um esforço coletivo. Muitos pontos de luz já existem, e este Relatório tenta captá-los e construir a partir deles; não é um manual nem um plano de ação, mas uma abertura para um diálogo vital

O futuro do nosso planeta deve ser imaginado de forma local e democrática. Apenas por meio de ações coletivas e individuais a nossa rica diversidade de povos e culturas será aproveitada, para que os futuros que queremos possam ser realizados.

A humanidade possui apenas um planeta; entretanto, ela não compartilha bem seus recursos, nem os utiliza de forma sustentável. Existem desigualdades inaceitáveis entre as diferentes regiões do mundo. Estamos longe de alcançar a igualdade de gênero para mulheres e meninas. Apesar da promessa da capacidade tecnológica de nos conectar, ainda perduram grandes exclusões digitais, principalmente na África.

Existem amplas assimetrias de poder na capacidade das pessoas de aceder e criar conhecimento.

A educação é o principal caminho para enfrentar as desigualdades enraizadas. Com base no que sabemos, precisamos transformar a educação.

- O respeito pelos direitos humanos e a preocupação com a educação como um bem comum devem se tornar as linhas centrais que costuram o nosso mundo compartilhado e o nosso futuro interconectado.
- O direito à educação de qualidade em todos os lugares, que construa as capacidades dos indivíduos para trabalharem juntos em benefício compartilhado, proporciona a base para futuros prósperos e diversificados da educação.
- Com um compromisso consistente em relação aos direitos humanos e ao bem comum, seremos capazes de sustentar e de beneficiar da rica tapeçaria de diferentes formas de saber e estar no mundo que as culturas e as sociedades humanas trazem para a educação formal e informal, assim como para o conhecimento que somos capazes de compartilhar e reunir juntos

Princípios fundamentais

- **Assegurar o direito à educação de qualidade ao longo da vida** - Conforme o Art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o direito à educação deve continuar a ser a base do novo contrato social para a educação e deve ser ampliado para incluir o direito à educação de qualidade ao longo da vida. Ele também deve abranger o direito à informação, à cultura e à ciência, bem como o direito ao acesso (...) aos acervos de conhecimento coletivo da humanidade (...)
- **Fortalecer a educação como um esforço público e um bem comum-** a educação constrói propósitos comuns e permite que indivíduos e comunidades floresçam juntos. Um novo contrato social para a educação deve garantir o financiamento público para o setor e incluir um compromisso de toda a sociedade para que todos participem das discussões públicas sobre educação. Essa ênfase na participação é o que fortalece a educação como um bem comum: uma forma de bem-estar compartilhado que é escolhida e alcançada em conjunto

Entre as promessas do passado e os futuros incertos

- A ampliação da desigualdade social e econômica, a mudança climática, a perda da biodiversidade, o uso de recursos que extrapola os limites planetários, o retrocesso democrático e a automação tecnológica disruptiva são as marcas da nossa atual conjuntura histórica, na segunda década do século XXI.
- Mas, nenhuma tendência é um destino. Múltiplos futuros alternativos são possíveis – eles dependem da ação humana
 - o planeta está em perigo;
 - retrocesso na governança democrática e aumento no sentimento populista identitário;
 - enorme potencial transformador nas tecnologias digitais; *(e riscos)*
 - desafio de criar trabalho decente focado no ser humano está prestes a se tornar muito mais difícil; *mas, agenda do trabalho digno*

Propostas para renovar a educação

- A pedagogia deve ser organizada com base nos princípios de cooperação, colaboração e solidariedade
- Os currículos devem enfatizar a aprendizagem ecológica, intercultural e interdisciplinar (...); a aprendizagem deve desenvolver a capacidade de criticar e aplicar esse conhecimento
- O ensino deve ser profissionalizado ainda mais como um esforço colaborativo, com os professores sendo reconhecidos por seu trabalho como produtores de conhecimento e figuras fundamentais na transformação educacional e social
- As escolas devem ser espaços educacionais protegidos, uma vez que apoiam a inclusão, a equidade e o bem-estar individual e coletivo
- Devemos aproveitar e ampliar as oportunidades educacionais que surgem ao longo da vida e nos diferentes espaços culturais e sociais.

Catalisar um novo contrato social para a educação

- Uma chamada à pesquisa e à inovação
- Uma chamada à solidariedade global e à cooperação internacional
- Papel das IES na construção de um novo contrato social para a educação
- Essencial que todos possam participar da construção dos futuros da educação
- **O que devemos continuar a fazer? O que devemos abandonar?
O que precisa ser reimaginado de forma criativa?**

Índice do Relatório (ver e analisar)

- Capítulo 7 - EDUCAÇÃO EM DIFERENTES TEMPOS E ESPAÇOS
- A Cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar de que todos nós, mulheres e homens, impregnamos seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. A Cidade somos nós e nós somos a Cidade. Paulo Freire. “Política e educação”, 1993.

EDUCAÇÃO EM DIFERENTES TEMPOS E ESPAÇOS

- Aproveitar e ampliar oportunidades educacionais enriquecedoras que acontecem ao longo da vida e em diferentes espaços culturais e sociais
 - uma discussão sobre educação limitada apenas às instituições formais e ao “formato escolar” não abrange as ricas possibilidades educacionais que existem dentro e através da sociedade como um todo; direito à educação para todos ao longo da vida; educação deve ser ampliada e enriquecida em todos os tempos e espaços; trabalho, cuidado, lazer, atividades artísticas, práticas culturais, desporto, vida cívica e comunitária, ação social, infraestrutura, engajamento digital e mediático – tudo isso são oportunidades de aprendizagem potencialmente educacionais, pedagógicas e significativas para nossos futuros compartilhados; relatório Faure “Aprender a Ser”
- Direcionar oportunidades educacionais para a inclusão e a sustentabilidade - concepção inclusiva em que o ponto de partida deve ser as pessoas que normalmente são mais marginalizadas e os ambientes mais frágeis e precários; espaços digitais de aprendizagem – necessidade de garantir sua democratização dentro de uma esfera pública robusta
- Ampliar “quando” a educação acontece
- Ampliar o direito à educação

Princípios para o diálogo e a ação

- Em todos os momentos da vida, as pessoas devem ter oportunidades educacionais significativas e de qualidade.
- Ecossistemas educacionais saudáveis conectam locais de aprendizagem naturais, construídos e virtuais.
- A capacidade dos governos para o financiamento público e a regulamentação da educação deve ser fortalecida
- O direito à educação deve ser ampliado

Propostas para a construção de um novo contrato social

- Pedagogias de solidariedade e cooperação - a pedagogia é o trabalho de criar encontros transformadores que se baseiam no que existe e no que pode ser construído
- Currículo e conhecimentos comuns - aquisição de conhecimento como parte do patrimônio comum da humanidade e a criação coletiva de novos conhecimentos e novos futuros possíveis.
- Os professores e a profissão docente - nenhuma tecnologia ainda é capaz de substituir bons professores
- Proteger e transformar as escolas –
- Educação em diferentes tempos e espaços

Bibliografia:

Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação/UNESCO (2022). *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*. Brasil: Unesco e Fundação SM

Pain, Abraham (1990). *Éducation informelle – les effects formateurs dans le quotidien*

